

# ROTEIROS DE TURISMO RURAL NA REGIÃO DOS VALES DO RIO PARDO E TAQUARI – RS

## RURAL TOURISM ROUTES IN THE REGION OF RIO PARDO AND TAQUARI VALLEYS

**Verenice Zanchi<sup>1</sup>**  
verenicez@hotmail.com

**Virginia Elisabeta Etges<sup>2</sup>**  
etges@unisc.br

**Erica Karnopp<sup>3</sup>**  
erica@unisc.br

### RESUMO

Esta pesquisa analisou a dinamização da atividade turística na Região dos Vales do Rio Pardo e Taquari, no Rio Grande do Sul, a partir da implementação de roteiros de turismo rural. A escolha pelo turismo, como opção de diversificação e geração de renda na propriedade rural, tem se mostrado cada vez mais presente no contexto da agricultura familiar e das políticas públicas que visam o desenvolvimento dessa região. Os roteiros analisados apresentam empreendimentos típicos de agricultura familiar, ao lado de outros, focados em atividades de comércio e/ou agroindústria. A pesquisa abordou o potencial econômico do turismo rural na região, descreveu o processo de sua formação, o papel da imigração europeia e da diversificação de atividades no meio rural. De caráter qualitativo, apoiou-se na abordagem dialética, visando compreender o papel do território na formação dos roteiros de turismo rural e seu papel na promoção do desenvolvimento regional. Com base na análise dos dados coletados, constatou-se que há aumento de renda nos empreendimentos participantes dos roteiros de turismo rural na Região dos Vales.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Regional. Território. Turismo Rural. Roteiros. Diversificação.

### ABSTRACT

This research analyzes the promotion of tourism in the region of Rio Pardo and Taquari Valleys, in the Rio Grande do Sul state, on the implementation of rural tourism itineraries. The choice of tourism as an option for diversification and income generation, in rural properties, has been increasingly present in the context of family farming and public policies seeking for the development of this region. The touristic guides analyzed, present typical family farming enterprises, alongside others, focused on trading activities and/or agribusiness. The research focuses on the economic potential of rural tourism in the region, described the process of its formation, the role of European

immigration and the diversification of activities in rural areas. Qualitative, leaned on dialectical approach, this study aims to understand the role of territory in the formation of rural tourism roadmaps and its role in promoting regional development. Based on analysis of the data collected, it was found that there is an increase in income of the enterprises which participate on rural sightseeing tours in the Região dos Vales area.

**Keywords:** Regional development. Territory. Rural tourism. Routes. Diversification.

## INTRODUÇÃO

O tema deste artigo refere-se à contribuição dos roteiros de turismo rural na dinamização da atividade turística da região dos Vales do Rio Pardo e Taquari, no Rio Grande do Sul, no período de 1998 até 2011. O meio rural d região é formado, basicamente, por pequenas propriedades que produzem de forma diversificada e em regime familiar.

No Brasil, o turismo rural tem avançado ao longo das últimas décadas inspirado, sobretudo, nas experiências europeias. Trata-se de uma das modalidades de turismo que tem recebido frequente destaque, tanto por parte das famílias rurais – como complemento de renda – quanto por parte de pessoas que vivem nos centros urbanos, que buscam o contato com a natureza.

A escolha da região dos Vales do Taquari e Rio Pardo para a realização da pesquisa justifica-se em razão das similitudes históricas, sociais e culturais, que remontam ao século XIX, época da colonização, bem como à contiguidade territorial entre os Vales. Dos 60 municípios<sup>4</sup> que compõem a região, foram destacados 20, que integram os roteiros de turismo rural da região: Anta Gorda, Arvorezinha, Candelária, Colinas, Coqueiro Baixo, Doutor Ricardo, Encantado, Estrela, Ilópolis, Imigrante, Itapuca, Nova Bréscia, Putinga, Relvado, Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Sobradinho, Teutônia, Venâncio Aires e Westfália. Os roteiros de turismo rural, formados pelos municípios destacados são: Rota Germânica do Rio Pardinho, Roteiro Caminhos da Imigração, Rota Caminho dos Tropeiros, Rota do Chimarrão, Rota dos Casarões, Roteiro Delícias da Colônia, Rota Germânica de Teutônia e Rota da Erva Mate.

O início da atividade do turismo rural na região em estudo é relativamente recente, se for considerado que o roteiro mais antigo – a Rota Germânica do Rio

---

Pardinho, inaugurado em 1988 – tem menos de 15 anos. Já os dois roteiros mais novos têm menos de cinco anos. Cabe pontuar que a atividade turística, inicialmente, não substituiu a agrícola, mas surge como alternativa de renda complementar e ocorre de forma integrada com outra(s) atividade(s), desenvolvidas nas pequenas propriedades rurais.

Para compreender os conflitos e contradições que permeiam a realidade em estudo, revisitaram-se, inicialmente, as matrizes teóricas, partindo de um amplo levantamento bibliográfico sobre a temática em questão, permitindo a estruturação conceitual. A etapa seguinte foi o levantamento de dados em fontes secundárias, junto a bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e da Fundação de Economia e Estatística – FEE, bem como a leitura de teses, dissertações e artigos científicos sobre o tema, visando a caracterização do processo de constituição dos roteiros. Posteriormente, realizou-se o trabalho de campo que se consistiu em entrevistas com os empreendedores e representantes das suas respectivas Associações e em um levantamento fotográfico, visando investigar a potencialidade de geração de renda a partir da atividade turística realizada pelos empreendedores rurais participantes dos roteiros e analisar o processo de territorialização destes roteiros na região.

## **O TURISMO NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

O turismo vem adquirindo destaque no cenário do desenvolvimento regional, à medida em que ele aparece como uma alternativa de enfrentamento às adversidades econômicas, principalmente entre os agricultores familiares. Essas dificuldades são resultantes do processo de mecanização da produção, mais precisamente da Política de Crédito Agrícola brasileira das décadas de 1970 e 1980, a qual estava direcionada a atender médios e grandes produtores. Schneider (2011) aponta que, após essas décadas, importantes questões vêm sendo pensadas, em termos de estratégias, grau de autonomia dos agricultores e relações de poder, voltadas à valorização da agricultura familiar enquanto forma de geração de renda e de qualidade de vida no meio rural.

Na área do turismo, na década de 1990, foi promovido um debate entre governo, iniciativa privada, academia e sociedade, do qual resultaram profundas mudanças nas políticas públicas do setor. Após esse debate, foi criado o Plano Nacional de

Municipalização do Turismo – PNMT, com o objetivo de melhorar o produto turístico em âmbito municipal (BENI, 2006).

Nesse contexto, o turismo rural foi introduzido na Região dos Vales do Rio Pardo e Taquari com o intuito de contribuir com o desenvolvimento da região, fomentando novas atividades no meio rural, visando reverter o êxodo e despovoamento das áreas rurais. Assim, o turismo rural surge para os empreendedores como mais uma possibilidade de trabalho e renda.

Nessa perspectiva, para Sen (2002), os atores estão ativamente envolvidos na configuração de seu próprio destino, e não apenas esperando passivamente que programas governamentais de desenvolvimento os beneficiem. Dessa liberdade ainda faz parte o processo de participação democrático, no qual os atores, na condição de “agentes”, participam de debates políticos e decidem onde as verbas serão alocadas.

Sen (2000, p. 10) considera que o crescimento econômico é muito importante e traz benefícios sociais, porém, outros fatores como o acesso a serviços de educação, saúde e liberdade de expressão também precisam ser considerados. Isso porque “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente”.

Boisier (1996) defende que o desenvolvimento de um território organizado depende da existência, interação e articulação de seis elementos – atores, instituições, cultura, procedimentos, recursos e entorno, dos quais depende o sucesso ou o fracasso da região.

Nesse sentido, o Ministério da Integração, no projeto Diretrizes para Formulação de Políticas de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento do Território Brasileiro (BRASIL, 2005, p. 1), destaca que “[...] as forças locais e regionais buscam explorar capacidades endógenas potenciais para superar situações de atraso ou estagnação econômica e perda de coesão social [...]”.

Nesse contexto, o território passa a ser entendido não mais como mero receptáculo ou suporte de ações, e sim como agente, na medida em que é expressão da apropriação e do uso feito pela sociedade ao longo de gerações, as quais deixam nele as suas marcas.

A promoção do desenvolvimento regional, portanto, pressupõe o conhecimento da realidade enquanto resultante desse processo histórico de apropriação e valorização do território, em que noções como identidade regional e pertencimento adquirem novo sentido.

Santos (2000, p. 104) destaca que o “*território usado* [...] é tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas relações humanas”. O que, por esse ponto de vista, “[...] permite uma consideração abrangente da totalidade das causas e dos efeitos do processo sócio territorial”. Para o autor

*o território usado* constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo.

Nesse contexto, o desenvolvimento de uma região passa pela capacidade dela de transformar as particularidades que a caracterizam em potencialidades de desenvolvimento, e é nesse meio que o turismo vem crescendo, trazendo novas possibilidades de geração de emprego e renda e de qualidade de vida para a população em geral.

Molina (1997, p.30) ressalta a importância dos elementos imateriais no desenvolvimento do turismo. Para o autor, “[...] *el turismo contribuye al rescate y la conservación de usos y costumbres locales, de manifestaciones folclóricas y artesanales*”, “*recupera y conserva valores y hechos de carácter histórico*”. Os bens imateriais, por seu nível de atratividade, excentricidade ou singularidade, são considerados pelos turistas quando da escolha do destino.

Portanto, o turismo, em um contexto de desenvolvimento regional, gera a circulação de divisas entre uma região e outra. (BENI, 2002). Um dos problemas enfrentados pelo turismo regional, de acordo com Boullón (1990), é o pensamento de certos governantes, principalmente os prefeitos, os quais abdicam de políticas públicas governamentais à medida em que estas ultrapassam as fronteiras territoriais de seus municípios. O autor argumenta ainda que outro problema relacionado aos organismos públicos, enfrentado pelo turismo, diz respeito à carência de conhecimento sistemático sobre o tema, que ocorre devido ao número reduzido de técnicos. Um terceiro, típico dos países em desenvolvimento, diz respeito ao baixo investimento em promoção e obras de infraestrutura.

---

É nesse contexto de valorização do meio rural, das potencialidades da região a partir do território, que o turismo surge para o agricultor familiar como uma atividade geradora de renda, na maioria dos casos, complementar à atividade agrícola.

## **O TURISMO COMO ATIVIDADE ECONÔMICA**

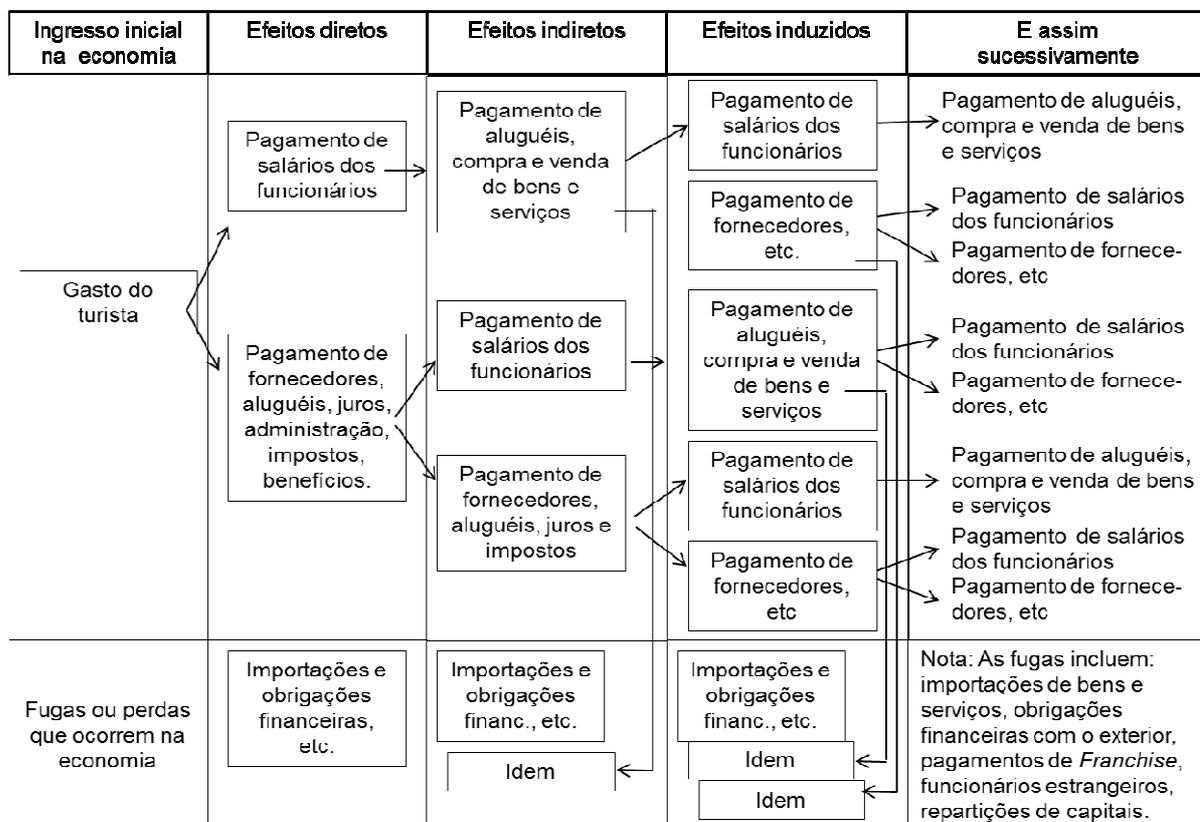
O turismo rural aparece no contexto econômico do desenvolvimento regional como alternativa de renda, possibilitando que o agricultor familiar<sup>5</sup> mantenha sua atividade agrícola. Além do potencial econômico, o turismo caracteriza-se pela facilidade de criar postos de trabalho devido à diversidade de atividades a ele vinculadas no meio rural. Dentre elas estão o beneficiamento de produtos (como conservas e geleias), produção de alimentos caseiros (como pães, bolos, cucas, entre outros), as comidas típicas, o artesanato, os passeios e as trilhas para caminhadas ecológicas (SCHNEIDER e FIALHO, 2000).

Nesse meio o turismo apresenta-se como atividade intimamente relacionada com características de cada lugar, contribuindo com a proteção do meio ambiente e com a conservação do patrimônio natural, histórico e cultural. Todavia, para ser um dinamizador do desenvolvimento regional, “o turismo tem que considerar o potencial da comunidade envolvida e a diversidade geográfica, cultural e ambiental das áreas rurais” (CAMPANHOLA E SILVA, 2000).

De acordo com Balderramas (2000, p. 7), “o turismo rural é conhecido como atividade turística que ocorre na zona rural, integrando a atividade agrícola e pecuária”. Nesse sentido, o turismo rural é considerado atividade dinamizadora – econômica, social, cultural e ambientalmente – de determinado território. Por isso,

o turismo rural na agricultura familiar tem se caracterizado por ser uma atividade que permite a adoção de estratégias capazes de diversificar o sistema de produção implementado pelas famílias rurais, proporcionando complementaridade às demais atividades da unidade de produção (CALCANHOTTO, CASTRO e ROSA, 2010, p. 1).

Quadro 1 – Circulação do dinheiro na economia



Fonte: ACERENZA, 1991, p.104

O quadro 1 demonstra o efeito multiplicador do dinheiro proveniente do turismo (ACERENZA, 1991, p. 104). São efeitos econômicos diretos e indiretos, produzidos pela sucessão de gastos realizados pelo turista. Os ganhos diretos desse efeito multiplicador vão para os empreendimentos que recebem o turista, como pousadas, restaurantes, artesãos, agências de turismo receptivo, entre outros. Já os bancos, supermercados e clínicas, são beneficiados de forma indireta, através circulação da receita gerada pela atividade.

Cada vez mais o desenvolvimento das famílias rurais passa a depender não apenas do dinamismo do setor agrícola, mas também da capacidade de atrair outras atividades econômicas. O conhecimento local é, dessa forma, um dos principais recursos utilizados na formatação do produto turístico rural. Para Caporal e Costabeber (2001, p. 46), “o conhecimento dos agricultores era tido como algo obsoleto e eles mesmos eram vistos como atrasados e responsáveis pelo atraso da sociedade”.

Beni (2011, p. 165) apresenta dados do governo, mais especificamente da Conta Satélite do Turismo, que indicam que o turismo

[...] contribuiu diretamente com, pelo menos, 6,8% do PIB brasileiro em 2008. Considerando-se que o consumo turístico no interior do país foi 2,3 vezes superior ao produto turístico, pode-se admitir como sendo este o valor do multiplicador do turismo brasileiro. É importante ressaltar que, apesar de estratégico para o equilíbrio das contas, o turismo registra suas maiores contribuições no mercado doméstico: o consumo interno revela-se quase dez vezes superior ao de viagens ao exterior.

O autor aponta que o turismo “[...] gera emprego e proporciona rendas e, em determinadas ocasiões, pode ser o setor propulsor da economia” (BENI, 2002, p.72). Todavia, o campo de análise do turismo vai além do enfoque econômico, chegando à satisfação das pessoas envolvidas com o produto turístico, tanto de quem o produz quanto de quem o consome (BENI, 2002, p.71).

Assim, participar de um roteiro de turismo rural pode ser considerado uma alternativa de diversificação de atividades, ou seja, de complemento da renda da pequena propriedade rural, quando bem organizado e com a participação efetiva dos agricultores.

Pode-se considerar como fator relevante para o turismo na região, as diferentes etapas da colonização no Rio Grande do Sul, as quais constituem uma diversidade de possibilidades. E é nessas pequenas propriedades, colonizadas por imigrantes europeus, que o turismo rural gaúcho fixa suas bases.

O potencial turístico do Rio Grande do Sul aparece devido as características distintas das regiões, que vão do clima serrano ao pampa e do litoral às águas hidrotermais, passando pela arquitetura, gastronomia, costumes e tradições, que variam de acordo com o grupo étnico que as colonizaram. Outro dado que confirma a forte presença e o potencial turístico do estado é a existência de 118 roteiros de turismo. Dentre estes, 36 são especificamente de Turismo Rural, e mais especificamente, cinco estão situadas nos Vales do Rio Pardo e Taquari (SETUR, 2012).

O turismo rural dos Vales também tem forte relação com o legado da imigração europeia, responsável pela colonização da região originando as pequenas propriedades rurais familiares. As comunidades preservam os costumes, a história, a cultura, a religião e a gastronomia de seus antepassados, o que dá à região características únicas. Dessa forma, a característica empreendedora dos imigrantes que colonizaram os vales continua presente, entre seus descendentes, que hoje investem na atividade turística.

---

## A FORMAÇÃO DA REGIÃO DOS VALES DO RIO PARDO E TAQUARI

Parte-se do pressuposto de que cada região compreende uma determinada porção do espaço com características naturais específicas, moldada a partir de seu processo de formação histórico-cultural, do qual deriva sua identidade social, econômica e política. Assim, a compreensão das condições naturais se torna importante uma vez que é sobre ela que o homem se estabelece e impõe modificações.

A região do Vale do Rio Pardo tem sua origem e sua formação econômica e social decorrente da colônia de Rio Pardo, o qual, no século XVIII constituiu-se num dos mais antigos espaços de ocupação e domínio português da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul<sup>6</sup> (VOGT, 2001). Já na região do Vale do Taquari, o início do processo de colonização foi efetivado com a vinda de famílias provenientes da Ilha dos Açores (FERRI, 2000). Esses colonizadores receberam terras para desenvolver atividades agrícolas, em especial o trigo, que abastecia a Colônia. Essa forma de ocupação, a partir do século XIX, originou as pequenas propriedades rurais, e também criou a base para o surgimento de inúmeros núcleos urbanos (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011).

Com a vinda de imigrantes alemães, italianos, poloneses, entre outros, a produção diversificada das pequenas propriedades criou uma distribuição de renda menos concentrada, resultando em uma rede urbana formada por pequenos núcleos próximos entre si. Esses núcleos, mais tarde, foram crescendo e se emancipando em busca de autonomia. Isso porque, muitas vezes distantes da sede do município, se percebiam excluídos da distribuição dos recursos (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011).

Segundo Lando e Barros (1992, p. 40):

embora o surgimento da pequena propriedade possa parecer, à primeira vista, uma regressão nas relações de produção, uma vez que o Brasil se constituiu com base no latifúndio exportador, é necessário perceber as relações que se estabelecem entre estas duas formas de produção. Só assim é possível compreender por que, com o desenvolvimento do capitalismo, a pequena produção não desaparece por completo; ao contrário, se reproduz para permitir, em última instância, a permanência do próprio capitalismo.

Nesse contexto, a pequena propriedade assume um caráter complementar em relação à economia nacional, pois está voltada para o abastecimento do mercado

---

interno. A abolição da escravatura, que afeta o latifundiário, leva todo o sistema capitalista brasileiro à crise. Isso devido à peculiaridade da estrutura econômica brasileira, que tem a agricultura como cerne (LANDO E BARROS, 1992).

No Vale do Rio Pardo, a organização cultural no entorno de cooperativas está diretamente relacionada ao profundo sentimento associativo que os colonos alemães desenvolveram, por não terem sido assistidos em termos de escolas e religião. Pode-se dizer que o “[...] quadrinômio – cooperativa, comunidade, escola e sociedade identifica o colono alemão no RS” (RADÜNZ, 2001, p. 148). A região do Vale do Taquari apresenta uma economia baseada na atividade primária de cunho familiar, bem como elevado desenvolvimento industrial e comercial, muito devido à sua colonização (SCHIERHOLT, 2000).

Ao analisar o perfil da população das regiões e as médias no estado verifica-se que, os dois Vales detêm juntos aproximadamente 15% da população rural do Estado, com destaque para o Vale do Rio Pardo, no qual a população rural representa 37% da população total e que, sozinha, é responsável por 9,7% desta população no Estado (FEE, 2012).

O estudo Rumos 2015 aponta, ainda, que 95% das propriedades agrícolas da região são constituídas por pequenos produtores. Características que pouco mudaram com o passar do tempo, conforme o mesmo estudo, que reconhece as potencialidades industriais e agropecuárias apoiadas nos pequenos agricultores dos vales. Cabe destacar que são em maior número os pequenos municípios do Corede Vale do Taquari, conformando uma rede urbana mais densa e descentralizada que a do Vale do Rio Pardo. E assim também, sua estrutura fundiária conta com propriedades menores (RUMOS 2015, 2005).

De acordo com os indicadores econômicos e sociais, percebe-se algumas diferenças entre as regiões, especialmente nos dados referentes à área em km<sup>2</sup>, em que o Vale do Taquari representa pouco mais de um terço do Vale do Rio Pardo, porém, sua densidade demográfica é 115% maior que a do Vale do Rio Pardo e 79% maior que a média do Estado. Quanto à expectativa de vida ao nascer, o Vale do Taquari fica acima da média estadual, enquanto que o Vale do Rio Pardo fica abaixo. A principal semelhança encontra-se no coeficiente de mortalidade infantil, que, em ambos, está abaixo da média estadual. Já no comparativo com os dados do Estado, o Vale do

Taquari aparece com um índice de analfabetismo abaixo da média, enquanto o Vale do Rio Pardo, está acima da média. Outro destaque está no item renda *per capita* média, que aponta indicadores acima da média estadual para as duas regiões.

Os dados demográficos dos Vales do Rio Pardo e Taquari indicam que, em conjunto, estes possuem 7% da população estadual (Rio Pardo 3,9% - Taquari 3,1%); ocupam 6,4% do espaço geográfico (Rio Pardo 4,7% - Taquari 1,7%) e respondem por aproximadamente 7% do PIB estadual (Rio Pardo 4% - Taquari 3%) (FEE, 2012).

Nesse contexto, fica evidenciado que a colonização do Rio Grande do Sul, pelos imigrantes alemães e italianos, é baseada na organização familiar e na pequena propriedade rural. Segundo Roche (1969), o Estado deve aos imigrantes alemães e posteriormente italianos o ressurgimento da agricultura. Com um olhar mais aproximado, o turista facilmente percebe que ainda estão presentes os traços culturais, os usos e costumes da época da imigração.

Assim, a região dos Vales é permeada por uma diversidade histórica e cultural decorrente da presença indígena e da colonização europeia a partir da chegada, no século XIX, de grupos lusos, ítalos e teutos. O mosaico identitário que constitui a região sofre forte influência da economia baseada na produção familiar, decorrente do processo de colonização nessa porção centro-oriental do Estado do Rio Grande do Sul.

Assim, pode-se afirmar que a diversificação nas pequenas propriedades agrícolas dos vales remonta à colonização do estado pelos imigrantes, que vieram com o propósito de ocupar e cultivar as terras até então cobertas pela mata nativa.

Atualmente a diversificação de atividades nas pequenas propriedades rurais contribui para o aumento e redistribuição da renda, com a produtividade e a segurança alimentar, tanto das famílias quanto da população como um todo; com o meio ambiente, pela uso sustentável da terra, entre outros. Sen (2000) considera que a diversificação contribui com a redução da dependência das famílias de uma única cultura e melhora a renda.

Segundo Cristóvão (2002, p. 81), o desenvolvimento rural está ligado à diversificação, sendo que [...] a ideia de diversificação da economia rural decorre, cada vez mais, do reconhecimento de que o espaço rural é bem mais do que um simples fornecedor de matérias primas. É, no fundo, um espaço multifuncional.

Para Almeida e Riedl (1998), o turismo rural, enquanto atividade de diversificação da propriedade, impõe-se contra os alicerces tradicionais da agricultura, que subjagam a produção que está exposta ao risco, às incertezas e à exaustão.

Perceber o espaço rural e sua comunidade como um lugar multifuncional implica em valorizar seus recursos e reconhecer seu potencial endógeno (CRISTÓVÃO, 2002). Também Blos (2000) aponta para o desenvolvimento dos recursos endógenos, ou seja, do turismo rural, como alternativa para gerar melhoria da qualidade de vida, produção econômica e serviços.

Ainda, a diversificação da propriedade pode ser entendida como uma estratégia de reprodução social e econômica para as famílias rurais, que alocam a força de trabalho em diversas atividades, explicando assim, a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas. Os integrantes da família passam a se dedicar a um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, porém não necessariamente dentro da propriedade.

## **O TURISMO RURAL NA REGIÃO DOS VALES DO RIO PARDO E TAQUARI**

A atividade turística é um fenômeno recente no meio rural brasileiro, iniciado há aproximadamente 30 anos, com adesão, principalmente, dos pequenos agricultores familiares que, devido ao tamanho das propriedades, não têm conseguido sustentar suas famílias apenas com a renda obtida com as atividades agrícolas. Torna-se, assim, imprescindível buscar novas alternativas de renda, o que leva esses agricultores a buscar na atividade turística a possibilidade de se manterem no campo.

Na região do Vales foram identificados oito roteiros de turismo rural, sendo cinco no Vale do Rio Pardo e três no Vale do Taquari, identificados no quadro 2. Considerando que a pesquisa abrange 60 municípios, observa-se nesse quadro, que os roteiros abrangem 20 municípios, ou seja, 33% dos municípios.

É possível verificar no quadro que os roteiros de turismo rural da região dos Vales do Rio Pardo e Taquari foram lançados há menos de 15 anos, sendo que um deles tem menos de três anos. Constatou-se nas entrevistas que, após o lançamento dos roteiros com mais de 5 anos, houve um período de estagnação. Alguns, entretanto, foram relançados após uma reestruturação e/ou ampliação de sua abrangência, com a inclusão de um ou mais municípios. O quadro apresenta, ainda, o número de atrativos de cada

roteiro, que juntos disponibilizam aos turistas 142 atrativos, distribuídos pelos 20 municípios. Os roteiros<sup>7</sup> e suas principais características são apresentados a seguir.

Quadro 2 – Roteiros de Turismo Rural nos Vales do Rio Pardo e Taquari – RS

Vale	Roteiro	Abrangência em 2012	Lançamento	Atrativos
<b>Rio Pardo</b>	Rota Germânica do Rio Pardinho	Santa Cruz do Sul e Sinimbu	1998	18
	Roteiro Caminhos da Imigração	Santa Cruz do Sul	2000	22
	Rota do Chimarrão	Venâncio Aires	2001	9
	Rota dos Casarões	Sobradinho	2002	7
	Rota Caminho dos Tropeiros	Candelária	2008	6
<b>Taquari</b>	Roteiro Delícias da Colônia	Estrela, Colinas e Imigrante	2002	6
	Rota Germânica de Teutônia e Westfália	Teutônia e Westfália	2001	15
	Rota Erva Mate	Anta Gorda, Arvorezinha, Coqueiro Baixo, Doutor Ricardo, Encantado, Ilópolis, Itapuca, Nova Bréscia, Putinga e Relvado.	2010	59

Fonte: SETUR, ATURVARP e AMTURVALES, 2012, adaptado por ZANCHI, 2012.

A Rota Germânica de Rio Pardinho tem como finalidade manter a tradição, preservando assim os hábitos e costumes originais dos colonizadores do século XIX, a arquitetura, a gastronomia e o artesanato, característicos da colonização alemã. O Roteiro Caminhos da Imigração tem por objetivo manter a tradição, a arquitetura, a gastronomia e o artesanato, característicos da colonização alemã do século XIX. A Rota Caminho dos Tropeiros, no município de Candelária, tem como proposta o resgate histórico-cultural, aproveitando seus potenciais construídos, como: a Ponte do Império e o aqueduto, construídos no período do império, para o desenvolvimento do comércio na região. A Rota do Chimarrão é composta por ervais, cascatas e balneários, e propõe um passeio pela cultura gaúcha, com traços da cultura herdada dos imigrantes alemães. A

---

Rota dos Casarões consiste em um passeio guiado pelo interior e revela ao turista a influência cultural dos imigrantes italianos, provenientes da região do Vêneto, na Itália.

O Roteiro Delícias da Colônia propõe passeios pela área agrícola, pontos históricos, gastronômicos e artesanais, como por exemplo, o Alambique Berwanger, onde é oportunizado ao visitante acompanhar o processo da destilação da cachaça. A Rota Germânica de Teutônia e Westfália, foi a primeira rota turística do Vale do Taquari e objetiva proporcionar ao turista um mergulho na cultura alemã. A Rota da Erva Mate tem como objetivo valorizar os patrimônios culturais e artesanais de dez municípios da região alta do Vale do Taquari e como principal temática a erva-mate, que possui elevada importância econômica para a região.

O resgate da trajetória dos roteiros permite um conhecimento mais aprofundado do processo de implementação do turismo rural nos Vales do Rio Pardo e Taquari, no Rio Grande do Sul e, para tanto, entrevistamos os responsáveis pelos roteiros.

Ao analisar a trajetória dos roteiros percebe-se que a implementação destes na região é um processo lento e que os resultados demoram a aparecer. Fica evidenciado que, em sua maioria, os roteiros sofrem influência direta das prefeituras e que a ajuda financeira delas, quando chega, é sempre importante. Apesar de entenderem que precisam *andar com as próprias pernas*, para não ficarem à mercê das oscilações provocadas pela troca de partidos políticos no poder, também sabem que o caminho é longo e que, por estarem no início, é imprescindível tal apoio.

Visando investigar a potencialidade de geração de renda a partir da atividade turística entre os empreendedores rurais participantes dos roteiros, foi realizado um levantamento do número total de empreendimentos de cada roteiro. Ao final da pesquisa, foram identificados 73, sendo 36 no Vale do Rio Pardo e 37 no Vale do Taquari.

As entrevistas revelam que todos os empreendedores consideraram positivas as mudanças advindas da implementação das atividades turísticas em suas propriedades. E, dentre as mudanças que mais se destacaram, estão: o contato com outras pessoas, as mudanças na estrutura interna dos empreendimentos e o aumento da renda. Sendo assim, estas três representam 54% do universo das mudanças percebidas, num total de 10 apontadas pelos entrevistados.

Ao separar as mudanças em quatro categorias, Pessoal, Material, Financeira e Nenhuma, constatou-se que seis estão relacionadas à categoria pessoal, ou seja, 60%, e ao compararmos por número de incidências entre os entrevistados, o percentual subiu para 65%.

Assim, como destaca Sen (2000), em termos qualitativos pode haver desenvolvimento social sem crescimento econômico, porque os indivíduos adquirem novos conhecimentos e constroem novas compreensões sobre a realidade. Dentro dessa concepção e considerando as mudanças pessoais percebidas pelos empreendedores, tais como: “uniu a família”, “melhorou a autoestima” e “os turistas motivam”, percebemos que o turismo rural, além de gerar renda, também empodera a família rural e provoca mudanças comportamentais.

Ao mensurar a fonte de renda de 92,86% dos empreendimentos entrevistados constatou-se que 100% deles, numa variação maior ou menor, mantem uma ou mais atividades, além do turismo, que compõe a renda total. Entretanto, três dos entrevistados que responderam à questão, afirmam que o turismo não lhes traz nenhuma renda. Sendo assim, 89% dos entrevistados apontam que o turismo é rentável. Constatamos, também, que há grande disparidade na renda advinda do turismo, pois entre os empreendedores o percentual varia de 0 a 80% na composição total. Já na comparação dos roteiros entre si, a representatividade da atividade turística na renda do empreendimento varia de 0,5% a 39%. Observou-se, ainda, que a renda da aposentadoria aparece em cinco roteiros, representando 37% do total e varia de 3% a 80%.

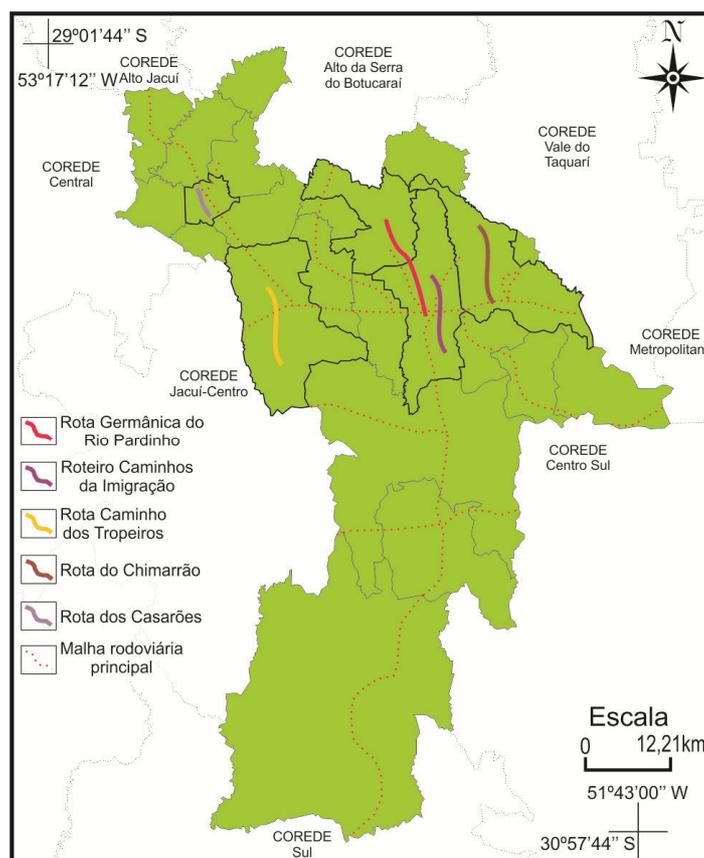
Cabe destacar que dentre os empreendimentos pesquisados, 12 podem ser considerados rurais, de acordo com os critérios de Beni (2002), e 16 não são considerados rurais, pois não atendem aos critérios. Alguns do segundo grupo ainda estão localizados em centros urbanos, ou seja, dos 28 empreendedores entrevistados, 43% são efetivamente agricultores familiares. Os outros 57% participantes dos roteiros rurais não são agricultores, sendo que, destes, alguns têm seu estabelecimento em área urbana.

Percebeu-se uma grande disparidade entre os roteiros e as atividades. Ao cruzar o número total de empreendimentos com as atividades, a fim de identificar a representatividade geral de cada atividade, constatou-se que o turismo representa 18% da renda total. Quanto aos demais, a agroindústria constitui 23%, o comércio 13%, a agricultura/criação de animais 17%, o serviço 14% e a aposentadoria/outros 12%.

Detectou-se, assim, que nenhuma atividade se sobressai no comparativo total entre roteiro e atividade. Verificou-se que a renda da maioria dos empreendedores é oriunda da combinação de duas atividades e que alguns roteiros são mais comerciais que outros.

Quanto aos principais entraves para o desenvolvimento do turismo rural relatados pelos empreendedores, foram destacados cinco fatores: a pouca divulgação e a falta de infraestrutura; a falta de valorização da comunidade local, o baixo investimento público e a falta de sinalização. Esses cinco principais entraves representam 66% do total mencionado. Os presidentes da ATURVARP e AMTURVALES, nas entrevistas realizadas, apontam diversos entraves, dentre eles a dependência e a demora na liberação das verbas estaduais, a necessidade de qualificação dos prestadores de serviços que trabalham na área, a falta de sinalização e a falta de comunicação efetiva entre empreendedor e gestor municipal.

Mapa 1 – COREDE Vale do Rio Pardo e ilustração dos Roteiros analisados na região

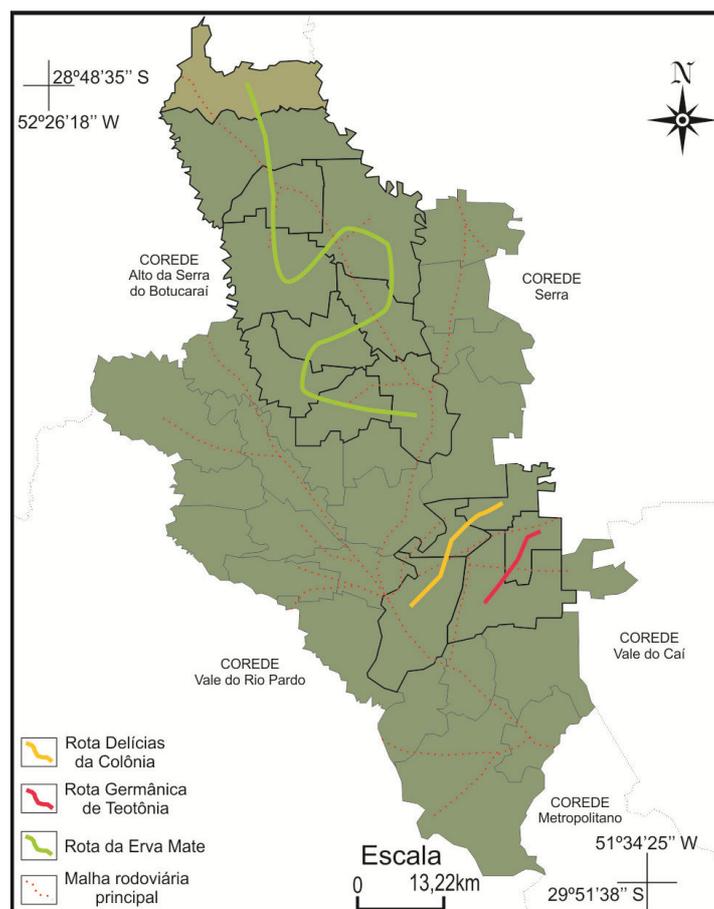


Fonte: Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, adaptado por OLIVEIRA E ZANCHI, 2012.

A visualização dos roteiros no território é apresentada no mapa 1, COREDE do Vale do Rio Pardo e no mapa 2, COREDE do Vale do Taquari, nos quais também estão identificados os municípios de abrangência dos oito roteiros de turismo rural analisados nesta pesquisa.

Percebe-se no mapa 1 a proximidade geográfica dos roteiros e, conseqüentemente, dos municípios. Também observa-se que os municípios da porção meridional não apresentam roteiro turístico. Já no mapa 2, verifica-se a proximidade de dois roteiros, e um terceiro um pouco mais afastado. De maneira geral, entretanto, pode-se afirmar que a proximidade dos roteiros possibilita ao turista percorrer mais de um no mesmo final de semana, uma vez que alguns podem ser visitados em um dia.

Mapa 2 – COREDE Vale do Taquari e ilustração dos Roteiros analisados na região



Fonte: Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, adaptado por OLIVEIRA E ZANCHI, 2012.

Outro fator relevante evidenciado nos mapas 1 e 2 diz respeito à malha rodoviária principal, que corta os vales de norte a sul, e de leste a oeste. Uma vez que todos os roteiros iniciam ou terminam, cruzam ou estão muito próximos a uma rodovia pavimentada, há uma facilidade de acesso que permite ao turista visitar um ou mais atrativos durante um deslocamento usual do dia a dia ou de final de semana, durante uma visita a familiares ou amigos, ou com outra motivação.

As características históricas e culturais que forjaram esses Vales ainda estão presentes nas pequenas propriedades rurais que predominam em 36 dos 60 municípios que formam a região, ou seja, 60% dos municípios são mais rurais que urbanos.

Esses dados evidenciam a relevância que o meio rural tem na vida da população da região dos Vales, uma vez que a ocupação desse território ocorreu com a colonização, inicialmente por imigrantes alemães e, posteriormente, de outras etnias, assentados em pequenas propriedades rurais.

Percebe-se, pela base econômica da região, que gira em torno de cooperativas, de indústrias alimentícias e de beneficiamento do tabaco, do comércio de eletrodomésticos, vestuário e material de construção, uma forte ligação entre o rural e o urbano.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer da pesquisa de campo, além das similitudes, observou-se contrastes e informações não imaginadas antes, o que contribuiu para as reflexões finais. Nos depoimentos percebeu-se um consenso relativo ao fato de que se trata de um processo lento, no qual os resultados demoram a aparecer. Também ficou evidenciado que os roteiros são influenciados, diretamente, pelo perfil político das prefeituras, que varia de acordo com cada gestor público, como destaca o entrevistado 18 – “o interesse da prefeitura flutua muito”, uma vez que contam com verbas públicas para melhorias na infraestrutura de acesso aos empreendimentos, para divulgação, sinalização, entre outros.

Conclui-se que o turismo é rentável para a grande maioria dos empreendimentos (89%), o que comprova a relação direta positiva entre o turismo rural e o aumento da renda dos empreendedores. Também que ele representa, em média, 18% da renda total dos empreendimentos participantes dos roteiros. Essa representatividade ocorre porque

o turismo, em nenhum dos empreendimentos, é a única fonte de renda, ou seja, a renda destes é uma combinação de duas ou mais atividades.

Nesse sentido, a diversificação de atividades na propriedade rural vem sendo usada como aposta para o aumento da renda dos empreendedores participantes dos roteiros. Além do incremento da renda, a atividade turística traz bens imateriais, como a oportunidade enriquecedora de conhecimento cultural e social, advinda do contato com os turistas.

Sendo assim, a diversificação é aqui entendida como estratégia de Desenvolvimento Regional. Essa estratégia é utilizada nas pequenas propriedades que têm como base o trabalho da família, sendo que estas, à medida que diversificam suas possibilidades de renda, elevam seus ganhos e adquirem maior estabilidade econômica e financeira, além de viabilizar uma melhor qualidade de vida.

Foram ainda identificados e classificamos os maiores entraves destacados pelos empreendedores, os quais foram reafirmados pelos presidentes da ATURVARP e da AMTURVALES. Nesse caso, em primeiro lugar, o pouco investimento público é considerado o maior obstáculo enfrentado pelo turismo e, em segundo lugar, a falta de sinalização, o que caracteriza a forte dependência dos roteiros das verbas públicas.

No entanto, dentre os entraves apontados pelos empreendedores há outro que se destaca, posto que não está relacionado a dispêndios financeiros por parte dos empreendedores ou do poder público: trata-se da falta de valorização da comunidade local. Essa indignação, por parte dos empreendedores, foi diretamente apontada por sete entrevistados e indiretamente na fala da grande maioria.

Apesar disso, percebeu-se que o turismo rural pode se desenvolver como uma atividade de transformação social e melhoria da qualidade de vida, o que ficou evidenciado no discurso dos empreendedores, uma vez que 100% responderam que as mudanças advindas da implementação do turismo em seus empreendimentos são positivas. Quando questionados sobre quais mudanças a atividade trouxe, responderam, “Os turistas motivam” (empreendedor 6), e “O turismo trouxe a questão de abrir a mente” (empreendedor 7), ou “Melhora a auto estima” (empreendedor 15), e ainda “Uniu a família” (empreendedor 19).

Percebe-se, ainda, que o turismo tem contribuído para a manutenção das características locais – tradições, costumes, artesanato, entre outros, uma vez que o

poder público destina verbas para restaurações, além dos próprios empreendedores preservarem suas propriedades, moradias, métodos de produção de seus antepassados, entre outros. O turismo rural, para alguns, tornou-se o meio de se manter no meio rural após a aposentadoria.

Outro fator de destaque é que a maioria dos municípios que integram os roteiros são rurais, o equivalente a 60% do total. As características históricas e culturais que moldaram esses vales ainda se encontram presentes nas pequenas propriedades rurais. Os dados socioeconômicos destacam a predominância de produtos agrícolas e agroindustriais, alimentares e não alimentares. As características naturais revelam uma paisagem composta por rios, montanhas e vales.

Percebeu-se que o turismo não se realizaria com a mesma frequência e intensidade se não existissem os roteiros. Alguns dos empreendimentos não teriam tanto destaque, caso não participassem de algum dos roteiros analisados, bem como, não teriam a visibilidade por meio da qual atraem turistas que buscam uma nova alternativa de lazer.

Por fim, destaca-se que, levando em consideração que a realidade não é estanque, ao contrário, está em constante transformação, a análise aqui apresentada não esgota o tema. Uma nova agenda de pesquisa sobre o assunto merece ser elaborada a fim de que se aprofundem os estudos acerca do tema.

## Notas

<sup>1</sup> Mestra em Desenvolvimento Regional e Coordenadora Administrativa e Financeira da RBS TV Santa Cruz Ltda.

<sup>2</sup> Doutora em Geografia, docente do Curso de Geografia e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

<sup>3</sup> Doutora em Geografia, docente do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

<sup>4</sup> Além dos 59 municípios dos Vales do Rio Pardo e Taquari, foi incluído o de Itapuca, uma vez que participa da Rota da Erva Mate.

<sup>5</sup> Os roteiros são rurais, mas nem todos os empreendedores participantes são agricultores familiares.

<sup>6</sup> Após a independência do Brasil, em 1822, passou a se chamar de Província do Rio Grande do Sul e, a partir da Proclamação da República, passa a se chamar Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>7</sup> Nesse artigo decidiu-se utilizar o termo “roteiro” para definir o objeto de análise, mas originalmente alguns se autodenominam “rotas”, o que foi mantido.

---

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. Apresentação. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. **Turismo Rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria: UFSM, CCR, 1998.
- ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/>> Acesso em: ago. 2011.
- BALDERRAMAS, Helerson de Almeida. Apresentação. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. (Org.). Bauru – SP, EDUSC, 2000.
- BENI, Mário Carlos. **Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira**. 3. ed., ampl. e atual. São Paulo: Aleph, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.
- BLOS, Wladimir. **O turismo rural na transição para um outro modelo de desenvolvimento rural**. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru – SP, EDUSC, 2000.
- BOISIER, Sergio. Teorías y metéforas sobre desarrollo territorial. **Revista Austral de Ciencias Sociales**, Valdivia – Chile, n. 2, p. 5-18, mar./ago. 1998.
- \_\_\_\_\_. Em busca do esquivo Desenvolvimento Regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 13 (1996). Disponível em: <<http://189.21.130.9/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/135/137>>. Acesso em: 20 jun. 2012.
- BOULLÓN, R. C. **Los municipios turísticos**. México: Trilhas, 1990.
- BRASIL. Ministério da Integração. **No Projeto: Diretrizes para formulação de políticas de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento do Território Brasileiro** – CEDEPLAR, 2005. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/publicacoes/desenvolvimentoregional/publicacao/Cedeplar/ExperienciaEuropeiaIICA5aparcela.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2012.
- CALCANHOTTO, F. A.; CASTRO, C. Y. e ROSA, C. C. da. Empreendedorismo no Turismo Rural: estudo de caso da agroindústria familiar Pranke, município de Sinimbu/RS. In: **VII Congresso Internacional Sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**, Porto Alegre, 2010.

CAMPANHOLA, Clayrton e SILVA, José Graziano da. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru – SP, EDUSC, 2000.

CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. In: ETGES, Virginia E. **Desenvolvimento rural: Potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2001.

CRISTÓVÃO, Artur. Mundo rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais). In: RIEDL, Mário, ALMEIDA, Joaquim A., Viana, Andyara L. B. (Org.). **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2002.

ETGES, Virginia E. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v.10, n.3, p. 47-55. set./dez. 2005.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. **Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Economia. Agricultura. Milho. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

LANDO, Aldair M. e BARROS, Eliane C. Capitalismo e colonização – os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José H. (Org.). **RS: Imigração & colonização**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

MOLINA, Sergio. **Turismo: metodologia para su planificación**. México: Trilhas, Universidad Anáhuac, 1997.

Plano de Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Sul 2012 – 2015 / FGV Projetos – Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2012.

RADÜNZ, Roberto. A organização cultural dos alemães no Vale do Rio Pardo. In: VOGT, O. P. e SILVEIRA, R. L. L. (Org.). **Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

SANTOS, Milton. O Papel ativo da Geografia – um manifesto. In: **XXI Encontro Nacional de Geógrafos**. Florianópolis – Julho de 2000. Disponível em: <[http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09\\_7\\_santos.pdf](http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09_7_santos.pdf)>. Acesso em: 17 mar. 2011.

SCHIERHOLT, José Alfredo. A imigração italiana no Vale do Taquari. In: **Anais do I e II Simpósios “Raízes do Vale” 1997 – 1998**. O resgate de raízes históricas e culturais dos municípios do Vale do Taquari, 2000, Lajeado.

SCHNEIDER, Sergio. **A dinâmica das atividades não agrícolas no novo rural brasileiro: elementos teóricos para a análise da pluriatividade em situações de agricultura familiar**. Disponível em:

<<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congrsem/iisemina/sergio.htm>>.  
Acesso em: 01 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: **Seminário de Desenvolvimento Rural: tendências e desafios contemporâneos**, UFSM, Santa Maria, 2003a.

\_\_\_\_\_. **Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, fev. v.18, no. 51, p. 99-122, 2003b.

SCHNEIDER, Sergio e FIALHO, Marco A. V. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru – SP, EDUSC, 2000.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SETUR. **Turismo Rural/Rotas e Roteiros**. Disponível em:  
<<http://www.turismo.rs.gov.br>>. Acesso em: Junho de 2012.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia & agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.

\_\_\_\_\_; VILARINHO, C., DALE, P. J. Turismo em áreas rurais – suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A., FROEHLICH, J. M., RIEDL, M. **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, Santa Maria: UFSM, CCR, 1998.

VOGT, Olgário Paulo. Formação social e econômica da porção meridional do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, O. P. e SILVEIRA, R. L. L. (Org). **Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

Recebido em 11/09/2013 Aceito para publicação em 12/02/2014.
---